



PROCESSO N° : 2018/34491/000007
UNIDADE GESTORA : 34491
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 31/2018
SGD N° 2018/09049/000663

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins- RURALTINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. 97, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **9,44%**, que foi justificado através de Nota Explicativa, às fls. 136 e 137, por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **29,01%**, justificado às fls. 136 e 137 conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	7.900.000,00	2.454.432,30	31,07
Receitas de Capital	6.142.000,00	1.636.950,00	26,65
(-) Deduções da Receita	0,00	-17.821,59	-
TOTAL	14.042.000,00	4.073.560,71	29,01



[Handwritten signatures and initials]



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	952,74	-
0225	2.640.000,00	2.664.793,24	100,94
0226	0,00	36.950,00	-
0240	6.260.000,00	1.370.864,73	21,90
4219	1.600.000,00	0,00	0,00
4220	3.542.000,00	0,00	0,00
TOTAL	14.042.000,00	4.073.560,71	29,01

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **78,68 %**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	46.242.260,00	40.041.815,91	86,59
Despesa de Capital	8.610.390,00	3.116.134,70	36,19
TOTAL	54.852.650,00	43.157.950,61	78,68

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	35.806.447,00	34.441.888,67	96,19
103 - Contrapartida	592.041,00	290.202,22	49,02
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	1.035.254,00	935.253,50	90,34
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	6.016.908,00	3.709.587,48	61,65
240 - Recursos Próprios	6.260.000,00	3.781.018,74	60,40
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	1.600.000,00	-	0,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	3.542.000,00	-	0,00
TOTAL	54.852.650,00	43.157.950,61	78,68



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '2'.



3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. **97**, redução de **2,29 %**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 4.073.560,71**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 37.154.515,46**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 4.361.594,70** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 6.658.257,61**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 43.157.950,61**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 717.712,81**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 652.433,12**, restando saldo de **R\$ 7.719.831,94** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **100 e 101**.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. **106**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é menor que o Passivo Circulante em **142,37%** indicando que o órgão não possui recursos suficientes para pagar as dívidas de curto prazo, às fls. **105 e 106**.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 16.894.732,70**, composto pelo Imobilizado e Investimentos, e não foi constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), à fl. **108**.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.335.288,73**, deste montante, refere-se a restos a pagar processados no valor de **R\$ 8.787,00** e restos a pagar não processados no valor de **R\$ 4.326.501,73**, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. **100**.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **98**, do qual foi liquidado **R\$ 47.839,41**, pago **R\$ 47.331,05** e não houve cancelamento, restando ainda um saldo de **R\$ 787.327,66**, justificado às fls. **138**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **99**, foi pago **R\$ 579.398,91** e cancelado **R\$ 32,44**, restando um saldo de **R\$ 2.620.575,69**, justificado à fl. **138**, que em sua maioria refere-se a pessoal e encargos sociais.

3.6.4 O Balanço Patrimonial, demonstra um **Déficit** Financeiro de **R\$ 181.484,82**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 7.719.831,94**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 7.901.316,76**, conforme documento às fls. **106 e 107**, não justificado.



[Handwritten signatures and marks]
3



3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, **fl. 106**, no valor total de **R\$ 16.881.116,36**, já deduzida a depreciação, não havendo, todavia, informações quanto à posição física do SISPAT, havendo justificativa à **fl. 136**, no entanto, a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, a ausência da posição física do SISPAT, impossibilita os técnicos desta Controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos de contas do SISPAT.

3.7.1 A Nota Explicativa à **fl. 136**, evidencia saldo de bens móveis próprios em processo de localização no valor de **R\$ 13.323,33**, houve baixa no exercício em análise no valor de **R\$ 167.586,58**.

3.8 A conta contábil "Estoques", à **fl. 106**, apresenta saldo no valor de **R\$ 418.847,86**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, à **fl. 271**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à **fl. 106**, registra saldo no valor total de **R\$ 7.562.653,12**, conferindo com o Balanço Financeiro. Porém, este valor diverge com o saldo dos extratos das contas bancárias em **R\$ 44.057,68**, sendo constatado que nos tais demonstrativos foram considerados, como Equivalente de Caixa, valores das contas contábeis do subgrupo 1138XXXXX Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo. Não há justificativa referente quanto a esta divergência.

3.9.1 Observa-se o fechamento do saldo no valor total de **R\$ 7.518.595,44** com os devidos extratos e conciliação bancária às **fls. 291 a 599**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 1.636.381,86**:

1 - **R\$ 34.601,63** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 1.601.780,23** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 5.882.213,58**.

3.10 As contas do Passivo Circulante, à **fl. 106**, totalizam um saldo de **R\$ 20.381.652,44**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo às **fls. 106** e no Demonstrativo da Dívida Fundada à **fl. 108**.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 4.



3.12 O resultado patrimonial do período evidencia **Varição Patrimonial Aumentativa de R\$ 44.819.753,74** e **Varição Patrimonial Diminutiva de R\$ 49.795.097,01**, demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de **R\$ 4.975.343,27**, conforme demonstrado às **fls. 103 e 104**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 7.719.831,94**, à **fl. 110**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins-RURALTINS**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **04** (quatro) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017, 01** (um) atendimento via telefone e **03** (três) atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de 2017, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo participação ativa do setor de planejamento da entidade, que foi primordial para o alcance dos resultados demonstrados no item **6** deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou Auditoria de Regularidade ou Tomada de Contas Especial no Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins- RURALTINS no exercício em análise, conforme informado na declaração exposta à **fl. 818**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às **fls. 22 a 74**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**, desenvolvido com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA



[Handwritten signatures and initials]
5



2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.2 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às **fls. 24 a 25**, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1147 - Agricultura Familiar** e com suporte nas ações do **Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.3 Para o objetivo da Entidade foram estabelecidas **10** (dez) metas físicas regionalizadas e **01** (uma) meta física não regionalizada para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica um alto desempenho, em relação ao que se pretende alcançar para o exercício, apesar não execução de **01** (uma) delas conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 29 a 39**.

6.4 A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA foi realizada por meio da aferição de **03** (três) indicadores, no qual apresentaram um nível satisfatório para a entidade, conforme análises/justificativas no demonstrativo, às **fls. 26 a 28**.

6.5 Para o alcance dos objetivos da Entidade foram elaboradas **15** (quinze) ações temáticas, sendo **12** (doze) de natureza atividade e **03** (três) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não realização física de **02** (duas) e financeira de **03** (três) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 40 a 61**.

6.4 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **05** (cinco) ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance do objetivo da Entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **87,64%** foi executado por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 62 a 67**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 793 a 799**, um quantitativo de **719** servidores, sendo que **07** servidores foram admitidos por meio de concurso e **67** por meio de contrato temporário, conforme demonstrado na folha de pagamento de dezembro de 2017.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudesse comprometer ou causar prejuízos ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos

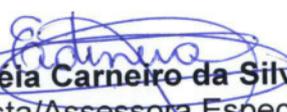


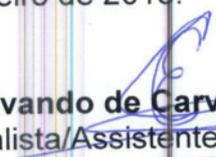
6



responsáveis **Pedro Dias Corrêa da Silva, Jaciones Pirto Oliveira** e outros relacionados neste processo, às **fls. 03/04, COM RESSALVAS** quanto aos apontamentos descritos nos itens **3.2, 3.6.1, 3.6.3.1, 3.6.3.2, 3.6.4, 3.7, 3.9 e 3.12**, deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018.


Edinéia Carneiro da Silva
Analista/Assessora Especial


Edvando de Carvalho Barbosa
Analista/Assistente Administrativo


Rivaldo Soares do Nascimento
Analista/Assistente Administrativo


Sergivan Sales de Brito
Gerente/Analista


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em: 27/02/2018


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

